



Processo: Reunião de Comissão (Reunião de Trabalho da Subcomissão Gestora do PLS em 16/07/2021 - Informes sobre a Transição para Comissão Permanente do PLS) (Proc. N° 281257)

Ata da Reunião de Trabalho, realizada em 16/07/2021 (ID 7708158)

Ata da Reunião de Trabalho, realizada em 16/07/2021: [Download: Ata de Reunião Ordinária_16-07-2021_14h_revisada e assinada.pdf](#)



• IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data: 16/07/2021

Horário: Início: 14h00 Término: 15h19min

Local: Reunião tele presencial por meio do aplicativo Zoom

O teor da gravação para os interessados pode ser acessado diretamente no ownCloud

Gravação da reunião: <https://trt9-ius->

br.zoom.us/rec/share/pGq9yKP1UEPM4xheug_6FhKfGse5JF8xcsoSF0WOgTT-n6HMBGqtapPiYmiY6JA4.Vni842vfl5ggx3VU

Senha de acesso =Ak6zM&E

• OBJETIVO DA REUNIÃO

Reunião de Trabalho da **Subcomissão Permanente Gestora do PLS** para tratar da seguinte pauta sugerida no convite enviado aos participantes:

- Revisão do contexto normativo nacional, regional e local;
- Nova composição da Comissão Gestora PLS – oportunidade vital para sensibilização e obtenção de maior impulso de governança e de gestão junto aos Gestores do TRT-PR;
- Possibilidade de atualização da estrutura do PLS 2021-2026, com base nos modelos disponibilizados pelo CNJ;
- Elaboração e Revisão dos Planos de Ação, conforme modelos (Matriz de Responsabilidades, funcionalidades do Sistema Vetor);
- Reunião de Apresentação com os novos membros da Comissão Gestora (sondagem de agendas e datas possíveis);
- Publicação e atualização das informações do PLS no site do TRT-PR;
- Definição de possíveis encaminhamentos;

• PARTICIPANTES

Membros da Subcomissão Permanente Gestora do PLS: Mário Luís Krüger (presidente), Alessandra Souza Garcia, Clemerson Keiber e Françoise Vaz Zoraski.

Convidados: Mag. Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia e Mag. Angélica Cândido Nogara Slomp.

Secretário da Subcomissão: Nelson Amazonas Girão de Araújo

• SOBRE AS MANIFESTAÇÕES, REFLEXÕES E DELIBERAÇÕES

Iniciada a reunião, a partir das 14h10, Mário Krüger agradeceu a presença de todos e consultou ao grupo sobre qual seria a melhor maneira para andamento da presente reunião. Com a palavra a Mag. Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia questionou sobre em que situação se encontra o PLS enviado aos presentes. Mário Krüger passou a expor que, por meio do Despacho SGP nº 136/2021, foi aprovado a proposta de Revisão do PLS para o período de 2021/2026, correspondendo ao período do planejamento estratégico do TRT9, bem como do próprio Poder Judiciário, sendo que, tal fato, foi mesmo sugerido pela colega Cláudia Otta ligada a gestão estratégica do nosso Regional, coadunando-se com um dos objetivos (macro desafio) que passaram a constar da estratégia nacional, ou seja, a “Promoção da Sustentabilidade”. Acrescentou, ainda, que a proposta de revisão já considerou a minuta da resolução do CNJ que foi alterada, da qual tinha sido possibilitado o acesso antes de sua aprovação vindo a tornar-se a Resolução CNJ 400/2021, recentemente publicada, na qual conteve pequenas alterações, passando a constar também indicadores de contratações sustentáveis que deverão ser futuramente mensurados. Assinalou que a colega Maria Helena passou a gerir a Secretaria de Licitações, bem como que passou a fazer parte, atualmente, da CRSA, e já se colocou à disposição para conhecer mais e colaborar com esse desafio e temática, renovando-se com isso a oportunidade para otimização e aperfeiçoamento da inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações do TRT-PR. Mário fez um breve comentário da dinâmica do PLS hoje e a sistemática da coleta de dados pelas unidades envolvidas, salientando que o Sistema Vetor vai congrega todas as informações, não só pela inserção dos dados e informações em um único repositório, com fidedignidade, como também pela possibilidade de

emissão de análises, reportes e relatórios de forma direta a partir do referido sistema. Ressaltou também que o PLS deve ser considerado como instrumento de governança do TRT e não apenas do Setor de Sustentabilidade. Alessandra Garcia mencionou que o PLS possui dois grandes trabalhos para Comissão, sendo um deles o plano plurianual e o outro o acompanhamento anual denominado de relatório de desempenho do PLS referente ao exercício anterior, relatório este que deve ser publicado até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte. Mag. Sandra Correia questionou como se faria para mensurar as contratações dos terceirizados nas varas do interior, no que se refere a imposição desses critérios de sustentabilidade, tendo em vista a peculiaridade de cada lugar, observando que o orçamento é o menor possível e também destacando a qualificação do pessoal a ser contratado. Com a palavra a Mag. Angélica Cândido Nogara Slomp indagou sobre essa alteração da resolução que estabeleceu um novo formato, notadamente sobre o que se tinha pensado e delineado para daqui em diante. Clemerson Keiber fez menção das dificuldades encontradas para a execução do PLS, durante os últimos anos, e que com a vinda da dra. Ilse Marcelina Bernardi Lora houve amplo apoio nesse quesito, facilitando mais os trabalhos realizados. Saliou que com as novas ferramentas dispostas no TRT, facilitará para os multiplicadores acompanharem o PLS, bem como Selo de Inteligência em Sustentabilidade que se encontra em revisão dos critérios e possibilitará o alinhamento de temáticas e ações com o PLS, conforme diretrizes e orientações da nova composição da Comissão Gestora do PLS que passará a funcionar tão logo editados e publicados os respectivos atos normativos. Alessandra ressaltou que o nosso norte é o plano plurianual e nele estão os objetivos a serem alcançados. Acrescentou que, com os relatórios anuais é possível entendermos se estamos indo bem ou estamos indo mal, e desta forma, não precisamos esperar fevereiro para isso, pois as ferramentas hoje existentes nos mostram o quadro sempre que necessário ou programado para serem analisados. Saliou que as nossas frentes de atuação são as seguintes: alinhar com a SGE e dizer que não somos mais um trabalho ou esforço para os gestores fazerem, pois, essa é uma frente de trabalho nossa. A outra frente de trabalho é justamente ter esses dados disponíveis para qualquer servidor ou magistrado e qualquer pessoa do TRT. Terceiro, é chegar ao interior com esses dados e propiciar maior sensibilização e engajamento por todos os multiplicadores, e demais interessados. A Mag. Sandra Correia questionou se, com base nesses dados, bem como o retorno do trabalho presencial poderíamos fazer as campanhas, a exemplo, o consumo de energia? Mário Kruger, disse que quanto a questão do interior, devem ser igualmente observados os critérios de sustentabilidade, mas a concretização ou possibilidade de conseguir o fornecimento de produto ou de prestação de serviços declaradamente sustentáveis dependerá do contexto local e sopesadas sempre, de forma harmônica, todas as dimensões e perspectivas: ambiental, econômica, social e cultural/regional, observadas sempre na possibilidade do seu menor impacto negativo. Assim, considerando sempre as contratações naqueles moldes, pensar de modo sustentável e, na falta de possibilidade, de mercado ou de fornecedor, deverá ser justificado os motivos dessa impossibilidade para embasar a tomada de decisão adequada e em observância aos diplomas legais e normativos. Mencionou, ainda, a necessidade de enfrentamento proativo do tema da acessibilidade, declarando que, se não somos acessíveis, não somos sustentáveis, bem como, que deve-se observar a nova Resolução nº 401/2021 que substituiu a anterior nº 230/2016. Sugeriu que a Comissão do PLS se reúna com maior frequência com vistas a elencar alguns temas de reflexão gradativamente, visando alinhar com o plano plurianual e conversando com as áreas para os devidos ajustes. Por conseguinte, apresentou um painel da gestão de demandas estratégicas da SGE, no qual foram reunidas todas as iniciativas, sejam provenientes do TCU, CNJ, CSJT ou mesmo aquelas demandas internas que estejamos providenciando pois são demandas que necessitam ser atendidas e que contribuem para mensuração dos diversos e devidos índices, tais como o Prêmio de Qualidade do CNJ, do Ranking de Transparência ou Índice de governança do TCU. Destacou que, a finalidade deste painel, é dar ciência e possibilitar o acesso e as necessárias análises sobre todas essas demandas, as quais, gradativamente, a SGE nos pedem algumas informações ali existentes. Tal fato contribui com a estratégia e avanço em nossas ações o que será, posteriormente, divulgado aos multiplicadores e gestores, ou as ações de comunicação e isso vai trazendo aquela sensação de pertencimento, de significado e de propósito para nossas iniciativas e ações. Fez uma explanação do funcionamento do referido painel. Clemerson abordou sobre a importância das informações que são publicadas nos sites oficiais para que não haja divergência de dados. Mag. Sandra Correia questionou se é pelo plano de ação que deveria definir as prioridades, bem como as campanhas. Mário afirmou que sim definindo o plano de ação, período e responsável e as áreas envolvidas. Mag. Sandra Correia indagou como se daria a execução do plano de ação. Clemerson sugeriu que haja divulgação da criação da nova Comissão, bem como explicar a razão de sua existência e tendo por base o painel do CNJ como modelo. Definindo, posteriormente, a frequência de divulgação. Mag. Angélica Slomp sugeriu a divulgação dos 03 eixos de forma concisa para que as unidades tenham conhecimento. Alessandra Garcia sugeriu

chamar a Ascom para auxiliar nesse quesito de divulgação e apresentar os dados de forma mais didática para melhor compreensão de todos. Mag. Sandra sugeriu expor os dados de forma mais didática possível e interessante, tendo em vista que quando foi analisar o plano plurianual há um tempo atrás, acabou perdendo o interesse, por conta da forma como estava descrito. Apontou que se possibilite a opção para que as pessoas possam escolher o que lhe é de interesse, pois, alguém informado manifesta mais desejo em conhecer o tema. Mário apresentou, ainda, ao grupo o painel do CNJ onde constam os dados de todos os tribunais do país e fez menção aos dados de consumo do TRT9, alertando que este painel pode servir de base de análise nossa, bem como está disponível para os jornalistas e sociedade. Mag. Sandra Correia sugeriu chamar o servidor Irineo Frare Baptista Netto da Ascom para tornar a divulgação do PLS mais palatável. Ficou agendado para o dia 30.07.2021 às 14h a reunião com a Ascom. Definida também a data de 20.08.2021 às 14h para reunião com os integrantes da Comissão do PLS para apresentação da nova composição e diretrizes, alinhando os devidos encaminhamentos, sendo que a pauta deve ser definida, antecipadamente, conforme sugeriu a Mag. Angélica Slomp. Nelson Araújo sugeriu a confecção de um vídeo falando sobre o PLS para ser usado nas correições como meio de divulgação, o que foi aceito por todos. Por derradeiro a Mag. Sandra levantou a questão da covid19, assinalando que sua secretária de audiência optou por não tomar a vacina e se, não seria o caso de fazer uma pontuação sobre essa temática, deixando para os presentes pensarem e decidirem. Lembrou que o Mário havia colocado isso no slide nº 58, destacando ser esta uma questão de empatia com os servidores que estão passando por isso e também de orientação. Mário assinalou que as gestoras do Trabalho Seguro se aproximaram do Setor de Psicologia do TRT, tendo em vista que pelo menos quatro de suas metas falam da covid19, tais como, retorno ou não ao trabalho, fatores de fadiga mental, questão de isolamento e o setor de Psicologia se prontificou a auxiliar, podendo haver uma aproximação do Trabalho Seguro com esta Comissão. Nada mais ocorrendo foi encerrada a reunião.

- **ASSINATURA**

Encaminhada a presente Ata aos integrantes da Subcomissão Permanente Gestora do PLS, e convidados presentes, por e-mail, dispensam-se as assinaturas.

Mário Luís Krüger

Presidente da Subcomissão Permanente Gestora do PLS do TRT-PR.